

A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE (1916-1918): AÇÃO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE GUERRA

ANA SOFIA VEIGA PENICHE

1. JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE – UMA CAUSA NOBRE

A Junta Patriótica do Norte foi criada no seguimento da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de março de 1916, para a assistência e socorro às vítimas portuguesas da Primeira Guerra Mundial e para a realização de propaganda patriótica, não só para motivar a nação a ajudar as vítimas de guerra, como para mobilizar o seu espírito de sacrifício no conflito em que se juntara aos aliados.

Nesta conformidade, as primeiras sessões plenárias para a fundação da Junta iniciaram-se em 20 de março de 1916, e, a 8 do mês seguinte, os seus estatutos foram aprovados, consagrando a denominação «Junta Patriótica do Norte».

Nesse documento estabelecia-se que a sua duração seria por tempo indeterminado, só se dissolvendo quando a maioria o achasse conveniente. Isso aconteceu a 11 de Novembro de 1937, por falta de meios monetários para manter a Junta Patriótica do Norte em plenas funções.

Apesar da longa baliza cronológica que a sua existência abarcou, este estudo cinge-se aos anos de 1916 a 1918, o período da intervenção de Portugal na Grande Guerra.

A Junta Patriótica do Norte surgiu de um movimento patriótico no seio da Câmara Municipal do Porto e foi aberto a todos os portuenses que nela quisessem participar e seguir os seus ideais. Apesar da Junta Patriótica do Norte não ter qualquer filiação partidária¹, vai nascer quando o Dr. Henrique Pereira de Oliveira presidia a edilidade, tornando-se vice-presidente da mesa das reuniões plenárias.

O projeto inicial da sua fundação contou com vários professores da Universidade do Porto, elementos da função pública ligados à Câmara do Porto e ainda comerciais e industriais.

¹ *O Comércio do Porto*, Dr. Alberto de Aguiar, 10 de abril de 1917, p. 1.

Figura 1 – Emblema da Junta Patriótica do Norte



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918* – capa

Foi composta por três partes: a comissão organizadora; os delegados das corporações comerciais e industriais; e, por fim, todos os indivíduos que, de forma espontânea ou através do convite da Junta, aceitaram o fim para o qual foi criada².

Na comissão organizadora, destacou-se como presidente honorário da Junta o Doutor Gomes Teixeira (reitor honorário da Universidade do Porto), como presidente da mesa das reuniões plenárias o Dr. José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior (advogado da Câmara Municipal do Porto e seu futuro presidente com início de funções em 1919), como presidente da comissão executiva o Dr. Alberto de Aguiar (professor da Faculdade de Medicina) e, por fim, o presidente da comissão

da imprensa o Doutor Bento Carqueja (publicista, professor da Universidade do Porto e diretor-proprietário do periódico *O Comércio do Porto*. Além destes, encontramos também homens ilustres da cidade, como delegados das associações comerciais e industriais do Porto, e ainda a nível particular com donativos.

Com a sede no centro do Porto, a divulgação e a obtenção de ajudas e donativos alargou-se do norte de Portugal até ao rio Mondego. Esta influência será feita através de uma vasta propaganda com panfletos, manifestos, textos publicados no *Comércio do Porto* e ainda em publicações regionais que vão apoiar a Junta.

2. PROPAGANDA DA JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE

A propaganda patriótica foi especialmente realizada durante o período preparatório da organização do Corpo Expedicionário Português, visando fornecer ânimo aos que partiam para a frente de batalha e estimular o povo português a colaborar ativamente no esforço de guerra, em prol dos direitos das nações.

Esta propaganda assumiu diversas formas.

As missões patrióticas foram realizadas nos concelhos do norte de Portugal e eram feitas pelos membros fundadores e pelas entidades que se foram juntando à causa.

² *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 11 de abril de 1916, p. 2.

As missões patrióticas duraram até à partida do primeiro contingente do Corpo Expedicionário para França, já que os seus custos elevados eram dificilmente suportados pela Junta. No entanto, conseguiu dinamizar cerca de setenta missões patrióticas.

Outro meio de propaganda foram os manifestos e placards.

Ambos eram impressos em papéis avulsos e dirigiam-se ao povo português, explicando a situação de Portugal na guerra, as questões internas do país e ainda tentavam motivar as populações a ajudar a Junta com donativos.

Os manifestos normalmente eram distribuídos pela população, enquanto os placards eram expostos em paredes, postes elétricos e ainda nas paragens de caminho-de-ferro e elétricos.

Estes materiais propagandísticos foram produzidos entre 20 de abril de 1916 e 14 de julho de 1918, num total de quinze manifestos e nove placards, embora se desconheça o número de exemplares impressos³.

As exposições cinematográficas eram outro meio de propaganda, realizadas nas salas de cinemas e teatro do Porto, projetando cenas de guerra dos aliados e motivando os espectadores para ações humanitárias.

Por último, as conferências e sessões públicas eram usadas para esclarecer a população sobre questões internas e externas do país, bem como a sua intervenção no conflito mundial.

Tanto as exposições cinematográficas como as conferências públicas duraram até ao final da guerra, em 1918.

3. RECURSOS DA JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE

Para que a obra de propaganda e de ajuda às vítimas de guerra fosse concretizada era necessário ter fundos, e para que isso fosse possível a Junta recorreu à sua angariação.

Esta angariação de fundos foi feita de diversas maneiras, sendo as receitas de dois tipos, ordinárias e eventuais.

No que toca a angariações ordinárias, destacam-se: a grande subscrição, a cotização mensal, a subscrição ao Núcleo Infantil e a subscrição além fronteiras, em vários núcleos.

A grande subscrição era feita por cerca de 1250 individualidades e empresas e as verbas iam dos 10 até aos 500 escudos. Desta forma se conseguiram substanciais donativos, que visavam ajudar a realização de obras de vários tipos; até 30 de setembro de 1918 renderam cerca de 28 191 escudos⁴.

³ Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 6.

⁴ Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 38.

A cotização mensal era paga por 385 quotizantes, mas os seus valores mensais eram diferenciados, oscilando entre 10 centavos e 10 escudos. Até 1918, as cotas perfizeram um montante superior a 4513 escudos.

A subscrição ao Núcleo Infantil contava com 251 subscritores e a verba apurada tinha a finalidade de ajudar os órfãos de guerra. Esta subscrição alcançou um valor acima de 4576 escudos.

A Junta Patriótica do Norte expandiu-se além-fronteiras, chegando ao continente americano, onde foram criados quatro núcleos dos quais provieram verbas consideráveis pela via normal da subscrição.

Da Comissão Pró-Pátria, no Rio de Janeiro, chegou, sem surpresa, o montante mais elevado, 10 000 escudos; na Colónia Portuguesa em S. Francisco (Califórnia) conseguiram-se 6780 escudos, enquanto a Comissão Portuguesa Patriótica (Manaus) enviou 2300 escudos e o Grupo dos Dez (Pará) reuniu 638 escudos.

As receitas eventuais provinham de vendas de caridade, festivais e espectáculos variados, a Feira Lyôa, o vintém patriótico e diversos donativos.

As vendas de caridade e os festivais, realizados no Palácio da Bolsa e na Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses, eram promovidos pelas senhoras do Núcleo Feminino de Assistência Infantil. As peças e artigos vendidos e leiloados nestes eventos eram doados à Junta Patriótica do Norte.

Todos os festivais, vendas de caridade e espetáculos atingiram os seus objectivos no que à angariação de verbas dizia respeito, as quais reverteram para os filhos dos

soldados em campanha. Contudo, a venda de caridade mais falada foi a que ocorreu nos três primeiros dias de dezembro de 1916, no Palácio da Bolsa, onde houve uma magnífica decoração de luzes modernas⁵.

A Feira Lyôa foi uma festa académica, organizada no Jardim da Cordoaria entre os dias 7 e 10 de junho de 1917⁶. Concorreram a esta feira cerca de 50 000 visitantes e o seu rendimento bruto ultrapassou 1715 escudos, valor integralmente empregado no auxílio aos órfãos de guerra.

Figura 2 – Senha do «Vintém Patriótico»



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 49

O vintém patriótico foi uma obra de propaganda escolar. Tratava-se de pequenas senhas para cadernetas que eram vendidas aos estudantes para ajudar a obra de

⁵ O *Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 5 de dezembro de 1916, p. 2.

⁶ O *Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 23 de junho de 1917, p. 1.

assistência. Foram distribuídas nas escolas do norte do país cerca de 70 000 senhas, rendendo um total que, até 1918, ultrapassou em alguns centavos os 953 escudos⁷.

Além da angariação de fundos que a Junta ia projetando e as ajudas que ia pedindo, havia particulares e entidades comerciais ou industriais que ofereceram diversos donativos. Esses podiam ser em dinheiro mas também em géneros; na maioria das vezes, eram doados géneros alimentícios, mas também mobiliário (destinado aos órfãos) e vestuário quer para os soldados em campanha, que precisavam constantemente de roupa para se protegerem do frio, quer para os órfãos de guerra. Um dos donativos mais importantes foi contudo o papel⁸, pois devido à escassez do mesmo e consequente aumento do preço, a sua compra tornava-se uma despesa muito significativa para a Junta.

Apesar da área de influência da Junta Patriótica do Norte ser o norte do país, há dois recursos de angariação de fundos que acabaram por se tornar um apoio à Junta de nível nacional.

O primeiro consistiu no Certame de Arte Nacional, que se realizou no Palácio de Cristal, de 1 a 30 de Junho de 1917. Constituiu uma das mais completas exposições de arte no Porto onde concorreram 110 artistas portugueses e no qual foi prestada homenagem aos renomados artistas Soares dos Reis, Henrique Pousão e Silva Porto. Foram exibidas 467 obras de pintura, desenho, escultura e arquitetura e o rendimento bruto desta iniciativa saldou-se em 2275 escudos, dinheiro proveniente das entradas e da venda de trabalhos expostos.

Antes da realização da exposição de arte, foi pedido aos cidadãos do Porto que usassem da sua imaginação e criassem um cartaz que anunciasse o evento; entre os trabalhos candidatos a este concurso um seria posteriormente. O cartaz que ganhou o primeiro prémio intitulava-se «Filigrana» e era da autoria de António Lima.

Figura 3 – Cartaz do Certame de Arte Nacional (1917)



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 35

⁷ Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 49.

⁸ *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 25 de março de 1916, p. 2.

Figura 4 – Selos patrióticos



Fonte: *Almanaque Republicano*. Exposição «Memória e Documentos: Resistindo à Guerra». Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em <<http://antt.dglab.gov.pt/2014/02/20/memorias-e-documentos-resistindo-a-guerra/>>. [Consulta realizada em 03/04/2014].

Figura 5 – Receitas da Junta Patriótica do Norte (1916-1918)

Receita geral da Junta Patriótica do Norte			
ANOS	Em 1916-1917	Em 1918	Total até 31-VIII-1918
Grande subscrição J. P. N.	18.790\$97,5	9.400\$90	28.191\$87,5
Cotizações J. P. N.	3.290\$08	1.253\$10	4.513\$18
Subscrição N. F. A. I.	3.965\$77	610\$87,5	4.576\$64,5
Cotizações N. F. A. I.	885\$40	298\$70,0	1.134\$10
Festas diversas	7.296\$31	285\$00	7.581\$31
Sêlo de assistência	2.350\$00	3.450\$00	5.800\$00
Vintém patriótico	839\$71	113\$50	953\$21
Câmara Municipal.	540\$00	1.724\$40	2.264\$40
Quetes e donativos	468\$69	—	468\$69
Subscrições privadas	530\$00	—	530\$00
Juros	425\$00	1.109\$13	1.534\$13
Total	39.301\$88,5	18.245\$60,5	57.547\$49

Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 38

Refira-se que estes meios de financiamento foram de extrema relevância para a Junta Patriótica do Norte, que assim conseguiu desenvolver as suas atividades assistenciais, pois nunca dispôs de qualquer subsídio governativo. Um dos raros apoios que conseguiu do governo foi a isenção de franquia da sua correspondência, em 30 de março de 1917.

O segundo recurso para angariação de fundos a nível nacional foram os «selos patrióticos de assistência», um trabalho do artista Cândido da Cunha, com a primeira emissão a 7 de maio de 1917. Foram criados selos de correio que se passaram a utilizar na correspondência normal, que tiveram grande sucesso:

Esgotou-se a primeira emissão dos artísticos sellos da Junta Patriótica do Norte, tendo-se vendido em 12 dias cerca de 200.000 exemplares que foram emitidos. Por esse motivo vai ser posta à venda nova emissão, com o mesmo typo, nas mesmas côres dos primeiros, para os diversos valores, que são de 1c. (verde), 2c. (violeta), 5c. (azeitona), 10c. (azul), 50c. (vermelho) e 1 esc. (sépia)⁹.

Estes selos constituíram uma fonte de receita contínua e ainda promoveram – quer a nível nacional, quer internacional – os objetivos da obra da Junta Patriótica do Norte. O seu rendimento total foi de 5.800 escudos até 1918.

Desde a sua criação até 31 de agosto de 1918, a Junta Patriótica do Norte conseguiu obter um total de 57 547 escudos e 49 centavos através das suas várias modalidades de angariação de fundos e donativos diversos. A totalidade das verbas alcançadas teve dois grupos alvo, os órfãos de guerra e os soldados em campanha.

⁹ *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 22 de maio de 1917, p. 2.

4. GRUPOS ALVO DE INTERVENÇÃO DA JUNTA

4.1. Órfãos de guerra

A 20 de agosto de 1916 foi criado na sede da Junta Patriótica do Norte um núcleo para a assistência às crianças dos mobilizados da cidade do Porto. Esse organismo denominou-se Núcleo Feminino da Junta Patriótica do Norte – Assistência à Infância e foi presidido por Filomena Nogueira de Oliveira, esposa do Dr. Henrique Pereira de Oliveira (presidente do Senado Municipal do Porto e vice-presidente da mesa das reuniões plenárias, como atrás se referiu).

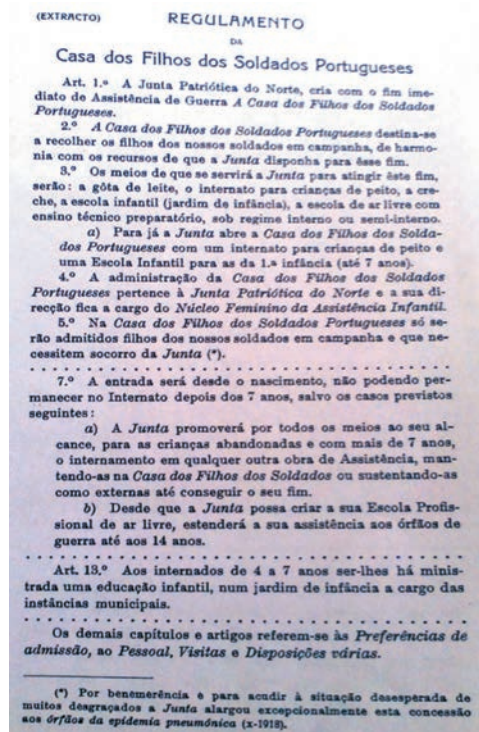
Este núcleo iniciou os seus trabalhos estudando a forma de criar creches e conseguir uma casa adaptável para o acolhimento de crianças.

No entanto, inicialmente o núcleo não conseguiu obter a casa que pretendia, por isso, através de festas e donativos ia ajudando as crianças com roupa e alimentos, escolhendo em primeiro lugar os mais carenciados, isto é, os órfãos de mãe e cujo pai estivesse mobilizado. A 23 de dezembro de 1916, conseguiu vestir na totalidade 14 rapazes e 24 raparigas.

Em inícios de março de 1917, a instalação da casa para acolhimento dos órfãos tornava-se um imperativo urgente, pelo que foi dinamizada a procura de um imóvel que pudesse ser adaptado para esse fim. Essa busca terminou a 20 de abril de 1917, quando o Núcleo Feminino tomou a posse de um palacete na Rua de Cedofeita, n.º 461, generosamente cedido por Serafim Ribeiro e Delfim Alves de Sousa.

Esta instalação foi inaugurada em 25 de maio, começando a receber as crianças sem grandes formalidades, embora estivesse dotada de um regulamento; mais uma vez, as crianças selecionadas eram órfãos de mãe e os seus pais estavam a combater em França ou em África. A Junta propunha-se receber crianças até aos 7 anos, com o objetivo de as educar e criar, desde que o seu tutor legal assim o quisesse, e tendo um dia de visita semanal.

Figura 6 – Extrato do Regulamento da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 12

Nesta conformidade, e para melhor organização interna, a casa foi dividida em «secções»: a gota de leite (internato para as crianças de peito), a creche, o jardim-de-infância e a escola com ensino técnico preparatório em regime interno e semi-interno.

No entanto, havia limite de idade para permanecer na Casa dos Órfãos, devendo as crianças abandonar a casa aos 7 anos. Porém, havia duas situações de exceção; a primeira abrangia as crianças abandonadas e a segunda prendeu-se com a tentativa da criação de uma escola profissional para os órfãos até aos 14 anos.

Figura 7 – Movimento das crianças da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses (1917-1918)

ANO	Entradas					Saídas						
	1917		1918			1917		1918				
	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	Total	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	Total
Trimestre												
até 1 ano . . .	11	4	1	1	1	18	8	1	3	—	—	7
de 1-2 anos . .	12	5	1	—	6	24	4	1	2	3	3	13
de 2-5 anos . .	19	2	1	3	7	32	4	3	4	6	3	20
de 5-7 anos . .	8	1	—	1	1	11	1	1	2	1	—	5
Total . . .	50	12	3	5	15	85	12	6	11	10	6	45

Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 11

Figura 8 – Quinta Amarela, segunda Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses



Fonte: Liga dos Combatentes. Disponível em: <http://www.ligacombatentes.org.pt/lar_filhos_dos_combatentes>. [Consulta realizada em 17/04/2014]

A casa dos filhos dos soldados suscitou numerosos louvores e agradecimentos dos visitantes, facto que levou à criação de um livro de honra. Até 1918, conseguiu albergar 85 crianças até aos 7 anos. Mas, «com o fim de ampliar a sua obra de assistência aos filhos dos soldados em campanha, o núcleo feminino faz um apelo às pessoas para que adoptem um orphão de guerra, protegendo-o e enviando mensalmente 10 réis (escudos) para esse fim»¹⁰.

A 20 de julho de 1934, a Junta realizou um dos seus maiores sonhos e conseguiu comprar a Quinta Amarela na Rua Oliveira Monteiro, no Porto, para a instalação da Casa dos Filhos dos Soldados.

Devido à extinção da Junta Patriótica do Norte, em janeiro de 1938 a tutela da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses foi entregue à Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A atividade da Casa dos Filhos dos Soldados, popularmente conhecida por «Quinta Amarela», perdurou até setembro de 1971.

¹⁰ *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 20 de setembro de 1917, p. 1.

4.2. Soldados em campanha

O segundo grupo alvo da Junta Patriótica do Norte foram os soldados em campanha, para os quais reuniu ajudas, a nível interno e externo, até ao fim da Grande Guerra.

Em junho de 1916, quando alguns contingentes do Corpo Expedicionário Português já haviam seguido para a frente de guerra e outros se preparavam para o fazer, a Junta distribuiu a seguinte circular:

Exm.º Snr. – A missão da Junta Patriótica, n'este momento difícil da nossa vida, é reunir todos os esforços e conjugal-os de forma a beneficiar quanto possível a sorte d'aquelles que sofrem ou venham a sofrer com a guerra. É no cumprimento d'esse nobilíssimo dever, a todos impostos, que vimos solicitar de v. exc. a garantia de dois terços dos vencimentos para empregados seus, que, porventura, estejam ou tenham de ser mobilizados – e fazemol-o porque estamos absolutamente convencidos de que v.exc^a. contribuirá com a sua quota parte para suavizar o mal dos que ficam sem amparo d'aquelles que tudo sacrificam: o seu braço trabalhador, o seu sustento e o sangue do seu sangue – os filhos, os esposos e os paes! É para todos que solicitamos o vosso auxílio, em nome da Pátria e para que não se diga amanhã que os portuguezes em hora amarga não souberam cumprir honradamente o seu dever.

Aguardamos a resposta de v.exc^a. – Saúde e Fraternidade – O presidente da Comissão Executiva, Alberto de Aguiar¹¹.

Assim, a Junta procurou negociar com todas as corporações para conseguir reservar o posto de trabalho e garantir uma parte substancial do vencimento daqueles que fossem mobilizados. Todas as corporações contribuíram e, no final da guerra, ainda empregaram alguns mutilados em diversas funções.

A 14 de agosto de 1917 foi criado o *Bureau* de Informações, um escritório que servia de intermediário entre os soldados e as suas famílias, fazendo a expedição de encomendas, cartas e dinheiro; paralelamente, acompanhava a promulgação de legislação atinente às pensões de sangue e subvenções, auxiliando os familiares nos trâmites processuais da sua solicitação.

Contudo, a expedição destes artigos tinha de observar várias regras e acolher algumas sugestões, aliás meticulosamente expostas no *Comércio do Porto* para elucidação das famílias dos soldados:

Correspondencias – As cartas devem ser curtas, bem legíveis e não conter alusão alguma á guerra, á paz ou acontecimentos políticos ou militares, sob o risco de serem confiscadas pela censura. Podem ser escriptas em portuguez e seguiram abertas. Os bilhetes postaes são preferíveis ás cartas, por facilitarem o trabalho dos censores.

¹¹ O *Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 17 de Junho de 1916, p. 2.

A direcção ou endereço deve conter: nome e apelido, posto, regimento (ou outra unidade), companhia, numero e nome do campo de internamento.

Quando o próprio prisioneiro tenha escripto á sua família, a direcção da correspondência será a que ele indicar.

Por baixo da direcção escrever-se-há: «ao cuidado da Cruz Vermelha, Lisboa».

Não é preciso pôr estampilha do correio, nem nas cartas nem nos bilhetes postaes.

A correspondência dos prisioneiros com as suas famílias é auctorisada, em regra, na razão de um bilhete postal por semana e duas cartas por mez.

Não se admitem cartas registradas para os prisioneiros que estão na Allemanha.

Dinheiro – Para enviar dinheiro aos prisioneiros, remetterão as famílias a esta comissão vale dos correios das respectivas importâncias.

N'estes vales escrever-se-há a lápiz a direcção do prisioneiro, conforme fica indicado para as cartas.

As famílias de Lisboa ou que tenham alli correspondente, poderão fazer a entrega directamente no escriptorio da comissão, á Praça do Commercio.

Não se admite nenhuma outra forma de entrega de dinheiro, nem em carta registrada nem em estampilhas, cheques, ordens postaes, etc.

Aconselha-se ás famílias a não remeterem por cada vez mais de 5 réis (esc.).

Os vales do correio de que se trata são emitidos como vales de serviço, não pagando portanto, premio nem sêllo.

Encomendas – Cada encomenda não poderá pesar mais de 5 kg nem conter líquidos, comidas que possam deteriorar-se, dinheiro, livros, impressos ou manuscriptos de qualquer natureza, não podendo, por esse motivo, ser empregados jornaes no seu acondicionamento. Aconselha-se a remessa de conservas, banha, manteiga e leite condensado, tudo em latas hermeticamente soldadas, papel e subscriptos, penas de lápiz, tinta, roupas de uso, calçado e pequenas porções de tabaco.

Recommenda-se o perfeito acondicionamento das encomendas.

A direcção das encomendas será igual á das correspondências, escripta no próprio envolucro e terá também a indicação: «Ao cuidado da Cruz Vermelha, Lisboa.»

N'estas condições, as encomendas são expedidas gratuitamente pelo correio.

A isenção da franquia do correio, portes, prémios e sêllo de valles e encomendas é assegurada, tanto no paíz de origem e do destino, como nos paízes intermediários pelo disposto no artigo 16º do regulamento relativo ás leis e costumes da guerra terrestre, anexo á 4.ª convenção de Haya, de 18 de Outubro de 1907, retificada por parte de Portugal por decreto do governo provisório de 24 de Fevereiro de 1911. Todas as expedições d'esta comissão são feitas por intermédio e acordo do Comité Internacional dos Prisioneiros de Guerra em Gêneve, da Cruz Vermelha Hollandeze, na Haya, e do Contrôle General Des Postes, em Berne¹².

¹² O Comércio do Porto, Junta Patriótica do Norte, 25 de agosto de 1917, p. 2.

Até 1918, passaram pelo escritório 14 143 encomendas e 1357 processos relativos a subvenções e pensões de sangue.

No entanto, o gozo de isenção de franquia da Junta não cobria este tipo de correspondência o que abalou consideravelmente o serviço de expedição gratuita, a partir de 10 de janeiro de 1918. Contudo, em 18 de novembro de 1918, a Junta conseguiu comprar um camião para circulação diária das encomendas e, assim, baixar os custos destas diligências.

A Junta Patriótica do Norte teve ainda um papel importante junto do governo, reivindicando a produção de legislação que equiparasse as subvenções e pensões de sangue para os soldados mobilizados ou mortos, quer em França, quer em África, já que os combatentes no cenário de guerra europeu estavam inicialmente mais favorecidos pela legislação vigente.

A 29 de novembro de 1917, através do Decreto n.º 3632, a Junta viu esse desiderato alcançado já que os direitos dos soldados em França e em África foram uniformizados no tocante às pensões de sangue e subvenções para as suas famílias, bem como foi potenciada a ajuda às famílias dos soldados no sentido de conseguirem usufruir desses direitos e receber pensões atrasadas.

Com o intuito de minorar a situação dolorosa dos combatentes portugueses, a Junta Patriótica do Norte dinamizou várias iniciativas.

Desde logo, organizou a expedição de jornais e livros para a frente; estes periódicos que ajudavam os soldados a manterem-se mais «perto» da sua terra eram obtidos gratuitamente pois a Junta solicitou a todos que, quando acabassem de ler o seu jornal o dessem à Junta, a fim de esta o enviar para os soldados. Até

1918, foram expedidos 42 289 jornais de diversa natureza (noticiosos, políticos, etc.).

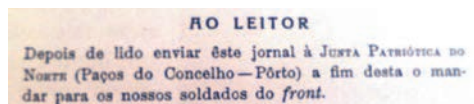
Relativamente aos livros, a 25 de setembro de 1917, a Junta pediu a todos os livreiros portuenses que fornecessem livros para os combatentes, iniciativa que foi desde logo abraçada e correspondida.

À semelhança do que havia feito com os livros, a 13 de Outubro do mesmo ano, a Junta solicitou às tabaqueiras que oferecessem tabaco para enviar aos nossos soldados.

Todas estas encomendas apoiavam o Triângulo Vermelho, que era uma sala de convívio criada pelos aliados, para que os soldados pudessem repousar e conviver nos poucos momentos em que o podiam fazer.

Os prisioneiros de guerra não foram negligenciados nesta ação assistencial da Junta Patriótica do Norte. Através do *Comércio do Porto* eram pedidos bens alimentícios e de vestuário para lhes serem enviados. A Junta tentava, a todo o custo,

Figura 9 – Pedido de jornais para os soldados da frente



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 23

encontrar os prisioneiros de guerra para conseguir dar notícias às suas famílias sobre o seu estado.

A Junta preocupou-se ainda com os mutilados de guerra e os tuberculosos. Conseguiu obter lugares no Hospital de Conde Ferreira e, a 25 de agosto de 1917, o Instituto de Cegos do Porto abriu vagas para os soldados que tivessem servido em campanha.

A 17 de junho de 1917, o Dr. António Ramalho propôs um projeto de assistência aos soldados que padeciam de tuberculose, quer para os já regressados, quer para aqueles que ainda se encontravam nas trincheiras.

A concessão de viagens de comboio – gratuitas para os soldados e a metade do preço para os oficiais – foi uma das últimas conquistas da Junta, pouco antes do final da guerra. Esta intervenção foi importante, pois facilitava a chegada dos soldados às suas casas e famílias.

5. CONTRIBUTO DO COMÉRCIO DO PORTO

Pelo que atrás foi referido, facilmente se percebe a importância capital do diário *Comércio do Porto* como veículo e agente mobilizador da obra da Junta Patriótica do Norte.

Era neste jornal – dirigido por Bento Carqueja, um dos fundadores da Junta, relembre-se – que diariamente se publicavam todos os passos, decisões, iniciativas, fracassos e sucessos da Associação.

Assim, podem encontrar-se neste jornal desde os agradecimentos feitos pelos donativos recebidos aos balancetes de contas, para que todos os que haviam contribuído e acompanhavam os trabalhos de Junta conseguissem perceber o destino das suas doações.

Constituiu também um apoio fulcral para as famílias dos soldados, pois publicava notícias sobre os combatentes na frente e explicava como elas poderiam obter os seus direitos, fundamentalmente relativas a subsídios.

Nesta conformidade, *O Comércio do Porto* foi um importante meio de difusão da obra da Junta, bem como um grande dinamizador da angariação de fundos do apoio à ação humanitária desenvolvida pela Junta Patriótica do Norte.

CONCLUSÃO

A Junta Patriótica do Norte foi a primeira instituição portuguesa de assistência e propaganda às vítimas da Primeira Guerra Mundial, juntamente com a Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses.

Apesar de ter nascido na Câmara Municipal do Porto, durante o mandato de Henrique Pereira de Oliveira, não teve filiação partidária e tentou seguir a todo o custo o programa a que se propôs: «Pela Pátria é o seu lema, Pela Pátria será até ao final»¹³.

Não obstante ter desenvolvido actividades assistenciais e filantrópicas da sua iniciativa, trabalhou em conjunto com organizações de índole similar como a Cruz Vermelha Portuguesa, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, Mulheres Francesas e ainda com o Triângulo Vermelho.

As duas grandes realizações da Junta Patriótica do Norte foram o escritório de informações para que os soldados pudessem obter conforto moral (e material) das suas famílias e a criação da Casa dos Filhos dos Soldados para proteger e acolher os filhos dos combatentes. Pugnou pela abertura, na frente de guerra, de uma sala convívio para os soldados, mas tal desiderato não foi alcançado pelo que se aliou ao Triângulo Vermelho nesta vertente de apoio aos combatentes¹⁴.

Durante o período da sua existência, de pouco mais de 20 anos, com uma actividade contínua e incessante, a Junta Patriótica do Norte ficou conhecida a nível nacional como a organização que realizou uma das mais importantes obras de assistência, propaganda e rememoração da intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

No ano de 1937, a Junta Patriótica do Norte encerrou actividades, vindo a ser integrada na Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses ficou sobre a tutela da Liga dos Combatentes, em janeiro de 1938.

Faz a Junta Patriótica do Norte o que ainda nós não conseguimos – a união da família portuguesa. [...] É toda de assistência às victimas de guerra e assim é em ultima analyse: restrita quando se localisa a amparar e sustentar os filhinhos dos soldados portugueses e as suas famílias, como está fazendo, ampla quando encara e procura esclarecer e solucionar os problemas de carater universal, como no caso das conferências educativas¹⁵.

FONTES

Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918.*

O Comércio do Porto. Porto, 1916-1918.

¹³ *O Comércio do Porto*, Dr. Alberto de Aguiar, 10 de abril de 1917, p. 1.

¹⁴ *Comércio do Porto*, 4 de junho de 1918, p. 1.

¹⁵ *O Comércio do Porto*, Telegrama de Bernardino Machado, Chefe de Estado, à Junta Patriótica do Norte, 10 de abril de 1917, p. 1.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, Sílvia (2010) – *A Junta Patriótica do Norte. Um projeto Republicano de Rememoração da I Guerra Mundial em Portugal*. «CEM, Cultura, Espaço & Memória». Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar, n.º 2, p. 33-50.
- FRAGA, Luís Manuel Alves (2010) – *Do Intervencionismo ao Sidonismo: os dois segmentos na política da guerra na 1.ª República 1916-1918*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GILBERT, Martin (2009) – *História do Século XX*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- MIRA, Ana (transcrição e introdução) (2002) – *Actas das Sessões da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra*. Porto/Lisboa: Ed. Afrontamento/Assembleia da República.
- MONTEIRO, Nuno; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; RAMOS, Rui (coord.) (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PIRES, Ana Paula (2011) – *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. (2010) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Ed. Tinta-da-China.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, coord. (1999-2000) – *Dicionário da História de Portugal. Suplemento*. Porto: Ed. Figueirinhas, 3 vols.